

SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

3

ALINE FERREIRA ANTUNES
(ORGANIZADORA)

Atena
Editora
Ano 2020

SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Aline Ferreira Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S115 Saberes tradicionais e conhecimentos científicos nas ciências humanas 3 / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-643-0

DOI 10.22533/at.ed.430201512

1. Epistemologia. 2. Teoria do conhecimento. 3. Ciências humanas. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 121

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

A obra “Saberes tradicionais e conhecimentos científicos nas ciências humanas volume 3” reúne 25 artigos de autoras/es diversos sobre temas relacionados às ciências humanas, tornando-a uma obra interdisciplinar que permite às leitoras e aos leitores terem acesso à pesquisas desenvolvidas no Brasil sob os mais diversos aspectos teórico-metodológicos.

Este é o terceiro volume lançado pela Atena Editora cujo mote é apresentar de maneira clara, objetiva, concisa e atual, estudos desenvolvidos nas ciências humanas, nas áreas de ensino e pesquisa, com estudos de caso, estudos comparativos, iconográficos, estatísticas, catalogação, relatos de experiência, dentre outros.

Neste sentido, a obra está dividida em duas seções, sendo a primeira destinada a artigos de pesquisa e a segunda a artigos que trazem aspectos acerca da educação. A linha condutora da obra são os mais diversos tópicos que rodeiam as ciências humanas de pesquisadores em formação inicial e/ou continuada no âmbito da pesquisa e do ensino com artigos abordando assuntos atuais e uma vasta bibliografia.

Sendo assim os artigos, em sua mais diversa abordagem, versam sobre os temas: iconografia, cidades brasileiras e estrangeiras, patrimônio (cultural, imaterial, ambiental urbano), memória, preservação, sentimento de pertencimento, conflitos linguísticos, culinária/gastronomia, biografias, espaço museológico, plantas místicas, práticas agroalimentares, concepções de paternidade, concepções sobre o feminino, discussões acerca do conceito de colonialidade, bem como educação, formação continuada, práticas formativas, educação ambiental, ação docente, dentre outros assuntos.

Em um momento histórico de alta contestação das pesquisas científicas e da própria universidade, obras como esta são de fundamental importância e resistência para divulgar o avanço das pesquisas brasileiras e ressaltar a capacidade de diálogo entre as áreas. Desta forma a Atena Editora se mostra capacitada, articulada e se torna um espaço de divulgação e debate para que pesquisadoras e pesquisadores possam expor e divulgar suas pesquisas e considerações sob os mais diversos temas, trazendo ampla contribuição aos estudos realizados nas ciências humanas.

Aline Ferreira Antunes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A HISTÓRIA DE LONDRINA CONTADA POR IMAGENS: 20 ANOS DE DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

Paulo César Boni

Cássia Maria Popolin

DOI 10.22533/at.ed.4302015121

CAPÍTULO 2..... 18

MOBILIÁRIO URBANO EM ÁREAS HISTÓRICAS: INTERRELAÇÕES INTRÍNSECAS NA PAISAGEM CULTURAL DE LISBOA E SALVADOR

Eder Donizeti da Silva

Adriana Dantas Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.4302015122

CAPÍTULO 3..... 35

A MEMÓRIA DOS MORADORES COMO POSSÍVEL FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO DE UM BEM: O CASO DO HORTO DEL REY EM OLINDA, PERNAMBUCO

Ariadne Paulo Silva

Jeremy Wells

DOI 10.22533/at.ed.4302015123

CAPÍTULO 4..... 50

A HISTÓRIA E TEORIA DA CONSERVAÇÃO E RESTAURO MEDIANTE AÇÕES PROJETAIS SOBRE A PAISAGEM CULTURAL

Eder Donizeti da Silva

Adriana Dantas Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.4302015124

CAPÍTULO 5..... 69

A CONVERGÊNCIA ENTRE PAISAGEM RURAL E PAISAGEM INDUSTRIAL: O CASO DA MINERAÇÃO À CARVÃO VEGETAL DE MADEIRA EM MINAS GERAIS

Ronaldo André Rodrigues da Silva

José Manuel Lopes Cordeiro

DOI 10.22533/at.ed.4302015125

CAPÍTULO 6..... 85

RETUMBANTE NATUREZA HUMANIZADA COMO A MEMÓRIA DA FLÂNERIE DA AMAZÔNIA EM LUIZ BRAGA

Thiago Guimarães Azevedo

DOI 10.22533/at.ed.4302015126

CAPÍTULO 7..... 94

AS MOQUECAS BRASILEIRAS E OS *CURRYS* INDIANOS: UMA ANÁLISE DE ORIGEM

Maria Luiza Bullentini Facury

Alfredo Ricardo Abdalla

DOI 10.22533/at.ed.4302015127

CAPÍTULO 8.....	102
PLANTAS MÍSTICAS DA AMAZÔNIA TOCANTINA: AROMAS, RITUAIS E MEDICINA POPULAR	
Dyana Joy dos Santos Fonseca	
José Pompeu de Araújo Neto	
Jeferson Miranda Costa	
DOI 10.22533/at.ed.4302015128	
CAPÍTULO 9.....	128
BIOMETRIA DOS FRUTOS, SEMENTES E DESENVOLVIMENTO DE PLÂNTULAS DE PATA-DEVACA (<i>BAUHINIA BRASILIENSIS</i> SPRENG. VOGEL) CAESALPINACEAE, FABACEAE	
Katiúscia Freire de Souza	
Marcia Noelle Monteiro de Castro	
Clarice Silva e Souza	
Rosana Gonçalves Rodrigues das Dôres	
Tatiana Vieira Braga	
Juliana Cristina dos Santos Almeida Bastos	
Vicente Wagner Dias Casali	
DOI 10.22533/at.ed.4302015129	
CAPÍTULO 10.....	140
PRÁTICAS AGROALIMENTARES DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS DE TAPEROÁ, BAHIA	
Sara Conceição dos Santos	
Juliede de Andrade Alves	
Luiza Guimarães Cavalcanti Spinassé	
Ianua Coeli Santos Ribeiro de Brito	
DOI 10.22533/at.ed.43020151210	
CAPÍTULO 11.....	152
O SAKPÓ COMO EXPERIÊNCIA DO LIMIAR NO CONTEXTO SATERÉ-MAWÉ	
Solange Pereira do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.43020151211	
CAPÍTULO 12.....	165
AS CONCEPÇÕES DA PATERNIDADE E SUA INFLUÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PATERNA EM HOMENS-PAIS	
Flávio Lúcio Almeida Lima	
Celestino José Mendes Galvão Neto	
Ana Alayde Werba Saldanha Pichelli	
DOI 10.22533/at.ed.43020151212	
CAPÍTULO 13.....	181
COLONIALIDADE, MODERNIDADE E DECOLONIALIDADE: EM BUSCA DO GIRO DECOLONIAL	
Paulo Robério Ferreira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.43020151213	

CAPÍTULO 14	199
SOBRE O GÊNERO BIOGRÁFICO E A IMPORTÂNCIA DO INDIVÍDUO PARA A HISTORIOGRAFIA	
Rosinda da Silva Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.43020151214	
CAPÍTULO 15	211
IDENTIDADE E PATRIMÔNIO: REALIZANDO O CIRCUITO DA TAIPA DE PILÃO EM MOGI: UM OLHAR SOBRE A CULTURA HISTÓRICA DA CIDADE	
Marcilene Romão Santos Iervolino	
Cristina Schmidt	
DOI 10.22533/at.ed.43020151215	
CAPÍTULO 16	228
CONFLITOS LINGÜÍSTICOS NO PARAGUAI. EMBATES ENTRE O JOPARÁ E AS LÍNGUAS OFICIAIS: CASTELHANO E GUARANI	
Luciano Marcos dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.43020151216	
CAPÍTULO 17	247
A CULTURA POLONESA NAS DANÇAS DO GRUPO FOLCLÓRICO KAROLINKA NA CIDADE DE SÃO MATEUS DO SUL – PR	
Ezieli Augustinhak Kaczyk	
Denise Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.43020151217	
CAPÍTULO 18	266
A FORMAÇÃO CONTINUADA SOB O ASPECTO DE PRÁTICAS FORMATIVAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	
João Gabriel Rossi de Oliveira	
Leisa Aparecida Gviasdecki de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.43020151218	
CAPÍTULO 19	277
ENSINO DE GEOGRAFIA: A CONTRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS PARA ALFABETIZAÇÃO GEOGRÁFICA	
Vanusa Aparecida Almeida	
Ana Paula de Carvalho Monez	
Luciana Coghi da Cruz	
Luiz Rodrigues	
Maria Margareth Mendonça	
Renata Caroline dos Santos Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.43020151219	

CAPÍTULO 20.....	284
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AS ATIVIDADES INTEGRADAS DO NÚCLEO DE ESTUDOS E ORIENTAÇÃO AMBIENTAL - NEO AMBIENT	
Clezi Conforto Zambon	
Ana Maria Taddei Cardoso de Barros	
Sandro da Silva Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.43020151220	
CAPÍTULO 21.....	291
AÇÃO DOCENTE E FORMAÇÃO CONTINUADA: SENTIDOS SUBJETIVOS EXPRESSOS POR UM PROFESSOR DE MATEMÁTICA	
Sebastião Mateus Veloso Júnior	
Isabella Guedes Martinez	
Elias Batista dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.43020151221	
CAPÍTULO 22.....	304
DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E ENSINO DE CIÊNCIAS: UM RELATO SOBRE A UTILIZAÇÃO DE VÍDEOS PARA TRABALHAR CONCEITOS COM ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL E DO ENSINO MÉDIO	
Isabella Guedes Martinez	
Elias Batista dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.43020151222	
CAPÍTULO 23.....	311
LÚDICO NO ESPAÇO DE MEMÓRIA MILITAR	
Augusto Machado Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.43020151223	
CAPÍTULO 24.....	320
DEU A LOUCA NO MUSEU	
Aline Ferreira Antunes	
Marina Ferreira de Souza Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.43020151224	
CAPÍTULO 25.....	333
MUSEU NACIONAL E COLÉGIO PEDRO II: O DIÁLOGO ENTRE CASAS IMPERIAIS DEDICADAS AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	
Vera Maria Ferreira Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.43020151225	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	349
ÍNDICE REMISSIVO.....	350

CAPÍTULO 3

A MEMÓRIA DOS MORADORES COMO POSSÍVEL FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO DE UM BEM: O CASO DO HORTO DEL REY EM OLINDA, PERNAMBUCO

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 29/09/2020

Ariadne Paulo Silva

Universidade de São Paulo, FAU USP, Brasil
Recife_Pernambuco_Brasil

Jeremy Wells

University, USA

Associate professor in the Historic Preservation Program in the School of Architecture, Planning and Preservation at the University of Maryland, College Park_USA
Maryland_MD_USA

RESUMO: O Horto Del Rey, também conhecido como Sítio dos Manginhos, em Olinda - Pernambuco, foi um dos primeiros jardins botânicos do Brasil. Servindo em seus primeiros 40 anos para aclimação, produção e distribuição de plantas de valor comercial para os portugueses mercantilistas que viviam da venda das chamadas especiarias. Também foi de lugar de ensino e pesquisa de botânica. Além dele, o jardim do botânico de Belém e o do Rio de Janeiro compõe-se como os mais antigos do país. Contudo, o Horto foi sendo esquecido e perdendo sua área. Estima-se que, em 1811, ano de sua fundação a sua área era de 33 hectares e hoje guarda um pouco mais de um terço de sua área original, ou seja, apenas 13 hectares. Sendo os últimos 160 anos de sua história protagonizados como quintal de uma propriedade privada. Na preocupação com paisagens

históricas e a formulação de metodologias de preservação e gestão do patrimônio histórico partindo da comunidade, o professor Jeremy Wells, da University of Maryland - USA, juntou-se ao professor Fernando Diniz Moreira - UFPE, à mim, Ariadne Paulo Silva, doutora em habitat e especialista em Gestão do Patrimônio Cultural, além de um grupo de alunos da graduação de arquitetura e urbanismo da UFPE, para trabalhar em forma de oficinas a sua proposta de pesquisa em 2015. Foi no ensejo desse trabalho que surgiu este artigo, visando observar os discursos dos participantes das oficinas eram em sua maioria moradores das comunidades vizinhas ao Horto. A partir deles se fez uma análise etnográfica da vizinhança, e por meio dela se concluiu que as lembranças dos moradores das brincadeiras, dos piqueniques, do riacho, dos pássaros, dos passeios do fim de semana, eram o que havia de mais forte para que se preserve esta paisagem. Em outras palavras, o pertencimento do Horto à vida dessas pessoas é uma ferramenta importante para proteção e preservação desta paisagem e de outras.

PALAVRAS - CHAVE: pertencimento; conservação do patrimônio; valores; memória; identidade

NEIGHBORHOOD'S MEMORY AS A POSSIBLE TOOL FOR THE HERITAGE PRESERVATION: THE CASE OF HORTO DEL REY IN OLINDA, PERNAMBUCO

ABSTRACT: The Horto Del Rey is an important heritage in Brazil. Because of one of the first Botanic Garden in Country. However, this heritage is forgotten by decades and today yet.

In this forgetfulness made Horto lost your área and today only have less than one third at your original área. This caught professor Wells's attention and in 2015, he comes to Olinda to study how to make neighborhood community care and preserve this heritage. Your research *Empowering Communities to Identify, Treat and Protect Their Heritage: A Cultural Landscape Case Study of the Horto d'El Rey, Olinda, Brazil* had a goal the protection of the heritage start at community and government agencies only formalize such protection. In workshops realized in that research called attention were the speeches of the participants, mostly neighbors at Horto. His memories, experiences about the Horto showed as a possible tool for the preservation of heritage, including understanding that this tool can be applied in other cases. **KEYWORDS:** belonging, preservation of heritage, values, memory and sameness

INTRODUÇÃO

Em agosto de 2015, o professor Jeremy Wells, da University of Maryland (UMD-USA), desembarca em Recife, com o intuito de realizar a sua pesquisa *Empowering Communities to Identify, Treat, and Protect Their Heritage: A Cultural Landscape Case Study of the Horto d'El Rey, Olinda, Brazil*. Esta pesquisa foi financiada pela agência de fomento americana *fulbright*.

Partindo do pressuposto que os bens só são tombados ou salvaguardados por meio das escolhas dos técnicos especializados, o professor Wells, propõe uma metodologia em que a comunidade de entorno do bem possa escolher preservá-lo e como preservar a partir do entendimento e envolvimento com ele. Ao contrário da prática comum da preservação de bens em que uma comissão técnica é que avalia e salvaguarda o patrimônio para o povo, o professor Wells, propõe a prática inversa: que a população entenda, avalie e proponha às autoridades a salvaguarda de determinado bem de seu interesse. Foi com a intenção de aplicar uma metodologia para a salvaguarda de bens partindo da população que ele em parceria com a Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (MDU/UFPE) trabalhou com a comunidade vizinha ao Horto. Neste objetivo trabalharam além do professor Jeremy, alguns estudantes da graduação de arquitetura e urbanismo: Laryssa Araújo, Amanda Barros, Maria Eduarda, Gustavo Tenório, Amanda Guerra, e Ana Ísis Moura e os arquitetos: Gabriela Azevêdo, Eduardo Ferreira, Valéria de Abreu e Lima e a autora deste artigo, além do professor Dr. Fernando Diniz do departamento de arquitetura e urbanismo. Esse trabalho se deu por meio de três oficinas realizadas entre setembro e novembro de 2015. A primeira contou com os vizinhos do Horto Del Rey que estavam nos bairros do Carmo, do Amparo. A segunda como os vizinhos do Bairro do Amaro Branco e do Bonsucesso.

E por último, uma que englobou todas as vizinhanças e outros atores como os donos da área do Horto: a família Manguinhos – proprietária da área desde 1845. Além deles, pessoas engajadas em associações como a SODECA (Sociedade Olindense de Defesa da Cidade Alta), a Associação dos Amigos do Horto e pessoas da administração pública de Olinda. Foi nestas oficinas que aconteceram os relatos sobre a relação dessas

pessoas com o local de estudo, surgindo a ideia que a identificação, o pertencimento da vizinhança que cresceu se relacionando como o antigo Jardim Botânico de Olinda poderia ser um importante instrumento para preservação deste bem, como de outros em que o envolvimento da comunidade com ele tem um laço estreito.

HISTÓRICO SOBRE O HORTO

Antes de entrar no histórico do Horto propriamente dito, deve-se fazer uma breve explanação sobre a formação de Olinda e seu tombamento pela UNESCO. A formação do sítio histórico de Olinda, ou seja, a Vila de Olinda aconteceu em 1537, quando o então donatário Duarte Coelho, espécie de governador da capitania de Pernambuco, resolveu fundar a Vila para ali se estabelecer. Segundo historiadores a vila foi fundada naquele sítio de modo estratégico. E sua formação se dava a partir dos montes e descia suas encostas. A Carta Foral descreve a sua conformação:

No ano de 1537 deu e doou o senhor governador a esta sua Vila de Olinda, para seu serviço e de todo o seu povo, moradores e povoadores, as cousas seguintes: Os assentos deste monte e fraldas dele, para casaria e vivendas dos ditos moradores e povoadores, os quais lhes dá livres, forros e isentos de todo o direito para sempre, e às várzeas das vacas e a de Beberibe e as que vão pelo caminho que vai para o passo do Governador e isto para os que não têm onde pastem os seus gados e isto será nas campinas para passigo, e as reboleiras de matos para roças a quem o concelho as arrendar, que estão das campinas para o alagadiço e para os mangues, com que confinam as terras dadas a Rodrigo Álvares e outras pessoas (Trecho da reconstituição da Carta Foral feita por José Antônio Gonsalves de Mello in PROJETO Foral,2000)

Diante dessa conformação estratégica, se previa, segundo Loureiro (2012), uma:

"(...) uma nítida preocupação com o tipo de ocupação do solo da Vila, estabelecendo lugares diferenciados para determinados equipamentos. Esta "setorização" delimita: "Os assentos deste monte e fraldas dele para casarias e vivendas dos ditos moradores e povoadores", estipulando dessa forma a situação das habitações. Mais adiante, indica lugar para o pasto de gado: "as várzeas das vacas e a de Beberibe e as que vão pelo caminho que vai para o passo do Governador e isto para os que não têm onde pastem seus gados e isto será nas campinas para passigo", que antecipa inclusive uma possível decisão da câmara para este tipo de produção(...). A própria escolha do sítio para a vila parece estar balizada por uma série de critérios, como por exemplo, as condições de defesa da vila, a comunicação com a metrópole e a ligação com o interior do território (engenhos), através do sistema marítimo e fluvial. Deste modo, garantiriam o domínio das terras, circulação e escoamento de mercadorias (...)"

É desta conformação estratégica tanto comercial como de defesa que vem a formação da Vila de Olinda. Seus quintais formados nos miolos do lote era onde se dava a vida social da família moradora da vila. Seus quintais eram áreas verdes comuns a todos os moradores da quadra, ali as crianças brincavam, as senhoras punham suas conversas

em dia, e todo o trabalho doméstico se dava. A vida privada acontecia no miolo do lote. Algranti (1997), em *História da vida privada no Brasil* menciona esses hábitos destinados aos quintais ou miolos de quadras, quando escreve “(...) essas áreas (os quintais) (eram) destinadas ao convívio, ao cuidado dos animais e à indústria doméstica forneciam também produtos para a subsistência (...)” (pp. 91-92). (grifo nosso)

Ao observar iconografias do XVI e XVII percebe-se bem essa relação de cheios e vazios da vila. Esta, no século XX, vai a ser a responsável pelo tombamento da cidade de Olinda (sítio histórico), bem como, sua declaração como patrimônio da humanidade (ver figura 1).

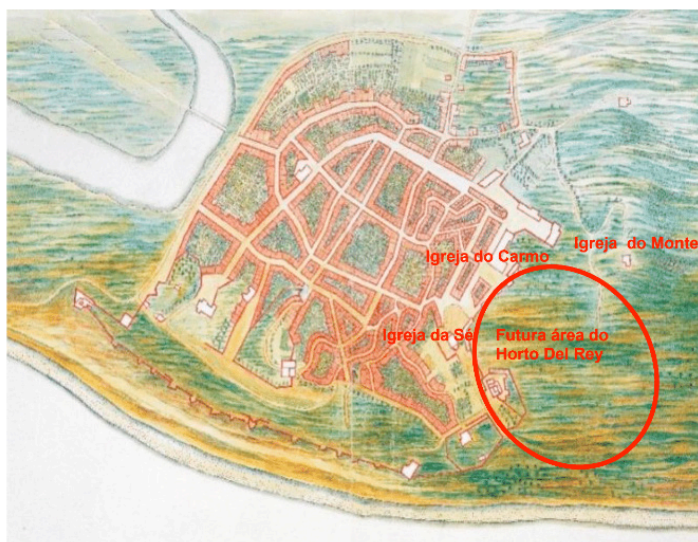


Figura 1 – Cheios e Vazios da Vila de Olinda e futura localização do Horto Del Rey. Detalhe de Johannes Vingboons, Mapa de Olinda, ca. 1665.

Fonte do mapa: Nestor Goulart Reis Filho, 2000. Manipulação: Ariadne Paulo.

O centro histórico de Olinda, primeiramente foi tombado nacionalmente pela Lei Federal n. 6863 de 26 de novembro de 1980, e considerado Monumento Nacional. Já a Carta da UNSECO declarando a antiga Vila de Olinda como Patrimônio Cultural da Humanidade só aconteceu em 1982. É importante frisar que Olinda foi declarada patrimônio cultural da humanidade justamente pela relação de cheios e vazios, isto é, pela relação da massa edificada e a massa vegetal. Muito embora, Horto Del Rey tenha sido fundado no século XIX, e está fora dos limites da Vila de Olinda, ele também será uma das peças que contribuirá para a declaração de Olinda como patrimônio da humanidade.

Pois, a UNESCO no documento do *Internacional Council on Monument And Sites - Icomos*, listando Olinda como o 189º da lista de patrimônio mundial menciona:

“The unique quality of the Historic Center of Olinda arises from the balance, which has generally been maintained, between the buildings and the gardens of the early parcelling. One of the twenty or so Baroque churches and convents or the numerous “passos” (chapels or oratories) as one turns a corner - the studied refinement of their decor contrasting with the charming simplicity of the houses, which are painted in vivid colors or faced with ceramic tiles.” (ICOMOS, Paris, 1892, p.2)

Isto é, quando a carta menciona a paisagem e a relação entre os jardins e as construções, ela incluiu o Horto e a parte mais alta das encostas que fica à oeste do sítio como ambiência ou entorno a ser preservado. No entanto, hoje estes locais se encontram tomados por favelas assim como parte da área do Horto. Além disso, o terreno do Horto também foi tomado pela especulação imobiliária, principalmente a área baixa próxima à praia como se verá mais adiante.

No entanto, no final do século XVII, Manuel Arruda da Câmara, em seu *Discurso sobre a Utilidade da Instituição de Jardins nas Principais Províncias do Brasil*, relata necessidade de se estabelecer em Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo Jardins botânicos nos quais pudessem se estudar a flora e fazer a aclimação de mudas de plantas comercializáveis no território brasileiro, visto que a sua extensão e fertilidade da terra da colônia. Neste documento, Arruda, descreve com detalhes o local onde deveria ser instituído o horto:

Todavia, a escolha de lugar para a instituição destes Hortos não é coisa indiferente; pois que, havendo de transplantar-se neles vegetais de diversas partes do mundo e de diferentes naturezas, uns serão mais próprios de terras argilosas, outros areíscas; a um é proveitosa a exposição dos ventos, a outros o resguardo deles; uns vegetarão bem em lugares úmidos, outros nos secos, etc. Cumpre, pois, que o lugar que se destine para o jardim, inclua várzea, mais ou menos fresca, terra argilosa, areíscas, altos expostos ao vento e ao sol; e será ainda mais necessário que pelo jardim passe algum arroio ou fonte corrente, com o que se possam facilmente regar as plantas.

E é exatamente o que se dispunha na área original que compunha o Horto Del Rey em Olinda, instituído em 1811 (ver figura 2). Segundo Aragão (2008) ele se estendia desde a encosta norte da Sé, englobando as terras dos Jesuítas (seminário de Olinda), as terras dos Beneditinos (igreja das Graças), as terras da Igreja do Monte e suas encostas se estendendo até as áreas de várzeas, isto é, áreas alagáveis na parte plana, próxima ao mar. Vale salientar que, antes do pedido de Manuel de Arruda, o Brasil já contava com dois Jardins botânicos em seu Território: o de Belém, instituído em 1796 e o do Rio de Janeiro datado de 1808.



Figura 2– Foto do Horto Del Rey no XIX.

Fonte: cedida do arquivo do arquiteto Msc. André Pina.

Conhecida como vale do Bom Sucesso, onde hoje se encontra um assentamento informal chamado Amaro Branco e mais próximo a faixa de areia e também ao sítio histórico no limite oeste e norte. Esta última área foi loteada em diversos empreendimentos imobiliários formais. Ainda segundo o mesmo autor, quando o Horto foi estabelecido sua área era de 33 hectares, e possuía terras entre 4 e 56 m de altitude. Já na década de 1970 o Horto tinha perdido 7 hectares de sua área original (ver figura 3). E nas próximas décadas isso só irá se agravar.



Figura 3– Foto do Horto Del Rey entre as décadas de 1950 e 1970, observa-se que na área onde hoje é o bairro do Amaro Branco ainda não havia construções informais, só apenas junto ao farol de Olinda.

Fonte: cedida do arquivo do arquiteto Msc. André Pina.

Dentro da área do Jardim Botânico de Olinda além do trabalho de aclimação de mudas para plantio comercial, também existia o estudo da flora. Principalmente para fins medicinais. Segundo Loureiro (2012), Joaquim Jerônimo Serpa, recifense que cursou medicina na Escola de Cirurgia do Hospital Real de São José, em Lisboa, em seu regresso ao Brasil e por sua dedicação aos estudos da flora, foi nomeado, em 1834, diretor do Jardim Botânico de Olinda. Lugar onde lecionou a cadeira de Agricultura e Botânica, e morou até falecer em 1842. No entanto, antes mesmo de seu estabelecimento como Jardim botânico, o próprio Manuel de Arruda, promotor do Horto, já dava aulas de Botânica no local, por iniciativa do Seminário de Olinda.

Após trinta anos de funcionamento o jardim caiu em decadência. E em 1840, uma lei provincial determinou a venda da área. Como não houve compradores, foi determinado que fosse arrendado, contudo não houve interessados. Por fim, o governo resolveu ceder a área do Horto ao Sr. Albuquerque Fernandes da Gama. Em 1845, o Horto é retomado pelo estado e vendido para o Major João Baptista da Silva Manguinhos. A família Maguinhos é, até hoje, dona das terras do Horto Del Rey.

Hoje a área, embora seja de propriedade particular, é enquadrada pela lei do uso de solo como Zona de Proteção Ambiental Recreativa (ZPAR) que pelo Art. 13 define esta área como tendo a finalidade de proteger áreas que, tendo em vista seus atributos ambientais, oferecem potencial para atividades recreativas. Sendo o Horto Del Rey a ZPAR- 04 dentre outras sete áreas do município definidas também como ZPAR. Já o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), por meio do da rerratificação 1155/79 do polígono de Tombamento do sítio Histórico de Olinda, classifica o local como C – área verde de preservação rigorosa, subárea C3 – estando sujeita a projetos especiais de ocupação e uso com taxa de ocupação máxima de 5% e gabarito de 1 pavimento (h=3 m). Assim, vemos que muito embora o Jardim seja importante historicamente, bem como, para a preservação da paisagem cultural que deu o título de patrimônio da humanidade à cidade, a lei federal que se sobre põe à lei estadual permite a construção dentro da área do Horto. Podendo assim vir a ser uma ameaça ao que resta do Jardim botânico de Olinda, se usada mal intencionadamente.

TESOURO ESCONDIDO

Assim, como a cidade Alta de Olinda, o Horto Del Rey, teve seu período de esquecimento. Neste período a área sofreu como várias intervenções como venda de suas terras para empreendimentos imobiliários e invasão para moradia de pessoas de baixa renda que não podiam comprar terrenos. É importante dizer que isto aconteceu nos limites do jardim que dá para o bairro do Bonsucesso, no caso da venda de terrenos e empreendimentos imobiliários. Já as invasões tiveram cenário no bairro do Amaro Branco. Contudo, em ambos os casos, os moradores desses mesmos locais que contribuíram para

a perda de área do Horto, querem a sua preservação como se verá a seguir. O Sítio histórico desde a década de 1980 veio recebendo ações de revitalização, de proteção, e fiscalização, bem como, um incremento no valor imobiliário. Todavia, área do Horto continuou esquecida pela maioria. Apenas alguns moradores se levantaram pela questão de sua preservação e sua importância, formando a ASSOCIAÇÃO dos Amigos do Horto. Na década de 1970, afirma Aguiar (2008) que devido a alienações e invasões ilegais, o Horto já teria perdido 7 hectares de sua área. E nos últimos quarenta anos o Horto perdeu mais de dois terços de sua área original, contando hoje com apenas 13 hectares (ver figura 4 e 5).



Figuras 4 e 5 – Perda da massa verde do horto Del Rey entre 1980 e 2014. Observa-se na foto de 1980 que área do Bonsucesso não está ocupada, apenas na parte lideira a rua do Bonsucesso ainda no limite do sítio histórico e a faixa do Amaro Branco e litorânea a ocupação é refeita. Já na 2014, essas áreas estão bem adensadas.

Fontes: cedida do arquivo do arquiteto Msc. André Pina, Google earth, 2015 Manipulação: Ariadne Paulo.

Segundo relato dos moradores, além de terreno o horto perdeu sua paisagem, suas trilhas, até o arroio mencionado por Manuel de Arruda, foi canalizado e agora passa por

de baixo da terra, isso sem falar do acúmulo de lixo na faixa lindeira à mata. Além, disso os moradores relatam que a área serve para prática de crimes diversos. Muitos problemas existem, mas a exuberância deste local descobre-se em meio das edificações históricas da cidade alta de Olinda no bairro do Carmo ou no do Amparo ou ainda nos quintais das edificações atuais no Bonsucesso e no Amaro Branco que envolve totalmente o jardim (ver figuras 6 e 7).



Figuras 6 e 7 – Quintais de Amaro Branco que fecham o Horto Del Rey vistos da Igreja do Carmo de Olinda

Fonte: acervo particular dos autores.

O VALOR QUE VEM DA MEMÓRIA

Segundo Pollak:

“a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. (1992)

Na verdade, memória e identidade são construídas tanto de forma individual como coletiva. Ambas, sofrem com as interpretações da mente, com a transformação por meio dos conhecimentos que adquirimos, quer sejam elas experiências de vida quer sejam elas conhecimentos científicos. Isso sem falar nos conceitos de valor que carregamos em nossa bagagem mental. Contudo, a memória coletiva, também é afetada por um item muito sutil, mas que imprime força na hora da formulação da memória coletiva: a opinião do outro. Essa, no caso em que vamos abordar aqui, é de suma importância ao descrever

as opiniões, memórias e identificação com o bem. Já que esse bem foi tratado de forma coletiva nas três oficinas ocorridas em Olinda durante o segundo semestre de 2015.

Nessas três oficinas ou *workshops* o objetivo foi trabalhar uma metodologia de empoderamento das comunidades com a intenção que elas possam identificar os valores dos bem que eles se relacionam e encontrar formas de preservá-los seja por meio da solicitação de tombamento ou seja por meio de ações comunitárias que visem a conservação do bem. Essas reuniões, aconteceram na sede da *Agremiação Carnavalesca Preto Velho*, no principal ponto do centro histórico de Olinda: o Alto da Sé. Nesses *workshops* algo mais foi notado em relação ao local e a memória individual e coletiva de cada um dos participantes.

A primeira reunião aconteceu à noite na agremiação Preto Velho, nesta foram convidados a vizinhança do Horto Del Rey que morava nos bairros do Carmo e do Amparo. Bairros com predominância de classe média e média alta. Contudo, pessoas de outros bairros, inclusive de fora do sítio histórico, compareceram a essa reunião. Além destes, os associados da SODECA e da associação Amigos do Horto em *prol* da preservação do local do terceiro jardim botânico do Brasil instituído pela corte portuguesa, fundada por Antenor Vieira de Melo Filho, morador do sítio Histórico de Olinda e, professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, estavam presentes.

Os trabalhos começaram com a apresentação da pesquisa, e a identificação de cada participante, inclusive de nós integrantes do grupo de pesquisa. Num segundo momento foi formado pequenos grupos para que se discutissem o porquê de preservar o Horto de Olinda. No terceiro momento cada grupo enumerou os *porquês* de preservá-lo e explanou cada motivo. Foi nesta hora que surgiram as declarações que emanavam da memória o sentimento ou necessidade de preservação do local. Polak (*ibidem*), menciona “A memória (...) pode fazer parte da herança da família com tanta força que se transforma praticamente em sentimento de pertencimento.” E é isso que se viu nas falas de diversos participantes. Essas pessoas que se encontravam na reunião, em grande parte, eram moradoras do sítio histórico desde a década de 1980 ou anterior a isso. Ou ainda filhos de pessoas que se estabeleceram lá por essa época, estudantes do curso de arquitetura e urbanismo, do curso de letras, etc. Alguns dos moradores do Amaro Branco também compareceram a esse *workshop*, embora só o segundo é que seria destinado a eles. É fato, que nem tudo foi memória, alguns outros valores surgiram dentro destes discursos, tais como: a preservação do Horto contra o aquecimento da cidade, por conta do seu valor histórico, para a preservação do título de patrimônio mundial, etc. Valores muito abordados nos últimos anos. Alguns abordaram que queriam o Horto Del Rey intocado, relativizando o valor econômico à destruição, a algo negativo. No entanto, é sabido que vários locais hoje só são preservados pela consciência do uso sustentável do local.

O valor cultural do local foi trazido como algo importante em relação ao Jardim botânico por um outro grupo. Eles falaram das lendas e histórias que cercam o Horto. Um

estudante de letras abordou o valor intrínseco do Horto, que está no inconsciente coletivo das pessoas que estão ali, que ali moram. Uma senhora artista plástica e seu marido comentou dos fins de semana de passeios ao Horto com piqueniques, como local aprazível para uma tarde de namoro, essas foram falas deles.

Na segunda reunião, que aconteceu num sábado à tarde, e foi direcionada aos bairros do Amaro Branco, no qual a população predominantes é de baixa renda e invasora das terras do Horto e, a vizinhança do bairro de Bonsucesso, este é um bairro de composição mista, lá há tanto pessoas de baixa e média baixa renda como de média renda. Nessa ocasião havia duas donas de uma pousada que se localizava no limite do Jardim. Estas mencionaram que estavam escolhendo um terreno para comprar e fazer as suas casas quando descobriram este terreno limítrofe com Horto, e ficaram encantadas com tamanha exuberância daquele tesouro escondido num vale, entre as colinas de Olinda, e anos depois de construírem suas casas construíram a pousada. Sendo hoje um dos pontos fortes da pousada é ela está localizada junto à área de Mata Atlântica do Horto.

Elas ainda mencionaram que muitos dos hospedes gostariam de explorar a área para ver a flora e a fauna. Informaram até que um deles, biólogo, resolveu explorar sozinho o local. Elas lembravam que quando foram morar lá, era um local tranquilo sem nenhum perigo. Hoje o local é ponto de droga e até de crimes. O morador do Amaro Branco, sócio-educador, veio contar a vida dele quando era criança e que o Horto era sua diversão. Que lá havia muitas fruteiras, e que a cada safra a criançada se reunia para colher e comer as frutas da estação, ainda falou que as mães iam recolher lenhas para cozinhar, e que o local tinha muitas trilhas nas quais qualquer um podia passear pela terra do Horto. Uma memória recorrente foi os piqueniques feitos pelas famílias nos fins de semana. Ainda se comentou que existia um riacho que passa por suas terras e que uma gestão passada da prefeitura de Olinda resolveu encaná-lo e torná-lo subterrâneo (ver figura 8).



Figura 8 – Horto Del Rey em 1988, com suas trilhas existentes as pessoas visitam o local.

Fonte: cedida do arquivo do arquiteto Msc. André Pina

Na terceira reunião, todos esses pontos foram levados à tona novamente. Essa reunião contemplou todos os participantes das reuniões anteriores e a esses se somaram técnicos da prefeitura, políticos, dentre outros. O objetivo desta última reunião era propor ações que pudessem preservar o Horto, dessa forma surgiram várias ideias. Essas levavam em conta fator afetivo de suas memórias, mesmo que os participantes não tivessem consciência disso, mas que para nós foi fácil identificar. Dentre as propostas se vislumbrava formular um filme sobre Horto não só seu contexto histórico, mas com os depoimentos de quem usou e ainda usa o Horto. E ainda que esse filme deveria ser exibido em praça pública como um cinema para todos de cada comunidade limítrofe ao Jardim. Outros propuseram o restabelecimento do riacho como antes. Surgiu também a ideia de passeios interativos pelo local, reabertura das trilhas. Tudo isso remete inconscientemente aos sentimentos formados pelas memórias individuais e coletivas de todos ali presentes.

O PERTENCIMENTO COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO

No item anterior foi tratado de identidade, de memória, de pertencimento para abordar as declarações feitas pelos moradores vizinhos ao Jardim botânico de Olinda, sem, contudo, aprofundar o tema conceitualmente ou ainda indicar o caminho que por meio destes pode ser preservado um bem.

Este ponto do artigo está destinado a esse objetivo. Para tanto, começa-se com as definições de pertencimento, identidade, e logo após algumas ações já realizadas sob a ótica destes instrumentos, e por fim se propõe um encaminhamento de estratégia para preservação por meio do pertencimento e identidade apoiados na memória da comunidade vizinha ao bem.

Segundo o dicionário *Houaiss* a palavra **Pertencimento** significa: *do mesmo significado de pertença; Ação de pertencer: sentimento de pertencimento*. E ainda a palavra **Identidade** da Filosofia: *qualidade através da qual um ou mais objetos de pensamento possuem propriedades iguais, ainda que designados distintamente*. É por meio destes que as pessoas criam valores em relação à um objeto, à um lugar, à uma outra pessoa.

Viu-se, anteriormente, as declarações feitas pelos moradores que estavam presentes nas oficinas da *pesquisa Empowering Communities to Identify, Treat, and Protect Their Heritage: A Cultural Landscape Case Study of the Horto d'El Rey, Olinda, Brazil*, nelas se observou a relação da vizinhança com Horto, com sua paisagem, envolta nas histórias de vida de cada um destes atores que criaram por ele, no mínimo, um valor chamado respeito.

O pertencimento, a identidade só se atribuem a algo que você dá valor. Esses conceitos vieram da psicanálise, perpassando diversas ciências sociais, como a antropologia, a sociologia, para nas últimas décadas chegarem à parte da história e da arquitetura ligada à preservação dos nossos modos de fazer, de saber fazer, como diria

Carlos Lemos no seu livro *O que é Patrimônio Histórico*. É também o que foi produzido sendo esta obra do homem, obra da natureza, ou de ambos, como é o caso das paisagens culturais, e desse bem, o Horto Del Rey. Vê-se que a preservação exige muito mais que um simples tombamento pelos técnicos ou por órgãos federativos, exige identidade e pertencimento de todos em relação aquilo que se quer salvaguardar. Marx, influenciado pelas novas teorias e ciências, como a biologia – com a teoria da evolução das espécies –, pela antropologia, pela sociologia relativiza o valor da mercadoria quando ela está envolvida por valores de sentimento, este valoriza a mercadoria. Ele chama isto de fetiche da mercadoria em seu livro *O Capital*. Não valoriza só a mercadoria, na verdade, ela serve para a proteção de bens patrimoniais. É justamente a adição de valores que se pode atribuir à preservação ou à não preservação de um bem. Para Codo (2002), este tipo de valoração se encontra na categoria do espelhamento, isto por que “ (...) gesto humano é humano na medida em que estabelece entre quem o realiza e o alvo um circuito aberto (...)”, em outras palavras, no caso abordado, quando um indivíduo ou um grupo realiza o ato de vivenciar um bem patrimonial que termina fazendo parte de suas vidas, a valoração do local termina acontecendo. Isso porque essa vivência termina produzindo significado para essas pessoas. Esses significados são traduzidos em valores, e são diversos: econômico, ambiental, histórico, de identidade, de uso, etc. E eles só são produzidos quando algo exprime algum sentimento ou ao indivíduo ou ao coletivo. É por meio da experiência do bem que a memória pode causar sentimentos de pertencimento e de identidade que levam por sua vez à valores que podem ter como consequência a preservação dele. Mourão (2005), aborda esta questão do pertencimento na educação ambiental. Já Bahia e Carvalho (2005), apontam caminhos para a preservação do patrimônio da arquitetura moderna por meio de ações de sensibilização. É pela sensibilização que pode se trazer à tona sentimentos de identidade e pertencimento à um bem, ou ainda criar estes sentimentos na população. Assim, criando valores que por consequência, permitiriam a salvaguarda do bem. Já Rodrigues (2013), em matéria para a PINI aborda a promoção dos centros históricos pela identidade tanto de moradores como para turistas. Nele o autor trata como diversos arquitetos constroem essa identidade por diversos meios, como o mobiliário, o desenho arquitetônico, etc. (Re)Criando assim uma relação entre coletivo/indivíduo com o local. Há vários caminhos para se preservar e resgatar os valores perdidos de um bem, contudo, eles passam pelo mesmo caminho: *o de fazer vir à tona o pertencimento e a identidade, ou criar estes*. Para isso, é necessário conhecer o bem, experimentá-lo. Esse é primeiro passo do caminho, pois ninguém ama nada sem conhecer. Ninguém deseja algo que nunca ouviu falar. A informação com apelo aos valores positivos intrínsecos ao ser humano é a melhor arma para preservação de um patrimônio. No caso de uma população que já tem esse sentimento pelo bem, é ouvi-la, é explorar toda essa memória em prol de um movimento coletivo de cuidados com o patrimônio que se quer conservar. Dessa forma cria-se uma barreira contra toda e qualquer ação nociva. Esses são alguns

caminhos primários e base de todo processo de salvaguarda iniciado pelos sentimentos de pertencimento e identidade. Porém, há muitas metodologias que se pode aplicar para isso, cabe aos técnicos enveredar por outras ciências para descobrir.

CONCLUSÕES

Os atores da cidade as destroem, as distorcem, as descaracterizam. Desse modo, legados de outrora da construção da cidade acabam sendo destruídos com os anos para adaptarem as necessidades atuais, sem notarem o grande valor desses locais quer sejam edificações, jardins ou paisagens naturais. Não se pode guardar aquilo que não se tem amor, ou, pelo menos, apreço. Essa falta de identificação, de pertencimento corrobora para a sua falta de conservação. Ao se dar voz a população se descobre valores que contribuem para a salvaguarda de lugares, como o Horto Del Rey. O trabalho do professor Jeremy, fez com que a população fosse ouvida e aflorou suas memórias, e assim entendo como e porque preservar. Essa experiência mostra que ao ouvir os moradores se descobre o que deve ser feito para a salvaguarda de um local, bem como, fazer com que essas pessoas possam também se tornar seus guardiões. A partir do momento que o professor empoderou a população de voz, descobriu a identidade e o pertencimento como poder de batalha para salvaguardar um bem que tem importância para aqueles moradores, mas também para a história e cultura do país.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Claudio. **Ação Joanina em Pernambuco: Horto D’el Rey em Olinda**. Revista do Instituto Histórico e geográfico brasileiro, a.169 (438):179-191, jan/mar: 2008 Rio de janeiro: 2008.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Famílias e vida doméstica**. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa, 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997

BAHIA, Denise Marques de CARVALHO, Tereza Bruzzi. **Ações de sensibilização para a preservação da Arquitetura Moderna de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: 2005.

CODO, Wanderley. **Identidade e Economia (I): Espelhamento, Pertencimento, individualidade**. Revista de Psicologia: Teoria e Pesquisa, Set-Dez 2002, Vol. 18 n. 3, pp. 297-304 Brasília: 2002.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu da; LOURO, Guacira Lopes. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005

HORTO DE OLINDA. **Plano Diretor do Horto de Olinda**. Governo do Estado de Pernambuco - Fidem. Recife, set. 1979.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LOUREIRO, Juliana. **Quintais de Olinda – uma leitura indiciária sobre sua gênese**. Anais do Museu Paulista. v. 20. n.1. jan.- jun. 2012

MARX, Karl. **Capital**. New York: Penguin Books, 1981.

MEUNIER, I. M. J. & SIVA, H. C. G **Horto d’el Rey de Olinda, Pernambuco: história, estado atual e potencialidades da cobertura vegetal de uma área verde urbana (quase) esquecida**. REVSBAU, Piracicaba – SP, v.4, n.2, p.62-81, 2009

MOURÃO, Laís. **Pertencimento**. Brasília: UNB, 2005.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. *Revista de Estudos Históricos*, vol. 5, n. 10, Rio de Janeiro: 1992

_____. **PROJETO Foral. Relatório II**. Olinda: Prefeitura de Olinda-Secretaria do Patrimônio, 2000

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução Urbana no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1968

RODRIGUES, Lucas. **Centros urbanos precisam de sentimento de Pertencimento**. Pini Web. acessado em 2016

_____. **Declaração da UNESCO**. Site da UNESCO: <http://whc.unesco.org/en/list/189> acessado em agosto de 2016.

_____. **Plano diretor de Olinda**. Prefeitura de Olinda: 2008.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Cidades Brasileiras 9, 29, 216
Conflitos Linguísticos 9, 12, 228
Conservação e restauro 10, 50, 51, 52

D

Documentação fotográfica 10, 1, 2, 5, 6, 8, 12, 16, 17

E

Educação 9, 12, 13, 47, 56, 59, 102, 125, 146, 170, 172, 173, 174, 177, 179, 202, 210, 224, 231, 233, 241, 242, 244, 245, 251, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 281, 283, 284, 285, 286, 287, 289, 302, 303, 305, 307, 310, 311, 312, 313, 316, 319, 320, 321, 322, 323, 332, 333, 335, 336, 339, 340, 342, 346, 347, 348, 349
Educação Patrimonial 224, 311, 313, 340
Educação Profissional 12, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 339
Ensino de Ciências 13, 304
Ensino de Geografia 12, 277, 278
Ensino de História 319, 349
Etnobotânica 102, 126

F

Feminino 9, 152, 153, 155, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 173, 180
Formação Continuada 9, 12, 13, 266, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 291, 292, 299, 300, 301, 302

G

Gênero Biográfico 12, 199, 201, 202, 203, 207, 208, 209

I

Identidade 11, 12, 3, 10, 11, 17, 19, 35, 43, 46, 47, 48, 49, 51, 59, 66, 73, 155, 165, 167, 169, 170, 172, 174, 178, 188, 192, 197, 203, 211, 212, 224, 233, 236, 239, 240, 251, 262, 263, 264, 265, 273, 296, 326
Iniciação científica 333, 339, 342, 343, 347

L

Ludicidade 311, 314, 315, 316, 317

M

Mobiliário Urbano 10, 18, 19, 20, 25, 27, 29, 30, 31, 32, 34

Morfologia 127, 128, 131, 133, 134, 136, 137

P

Paisagem cultural 10, 18, 20, 24, 25, 29, 30, 32, 41, 50, 69, 71, 72, 73, 82, 211, 213

Paisagem industrial 10, 69, 71

Paisagem rural 10, 69

Paternidade 9, 11, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 194, 323

Patrimônio ambiental urbano 50, 57, 63, 64, 66

Patrimônio Histórico Cultural 212, 214, 225, 226

Patrimônio industrial 62, 66, 69, 260

Pertencimento 9, 2, 4, 35, 37, 44, 46, 47, 48, 49, 149, 159, 211, 213, 224, 282, 300, 302

Políticas Públicas 140, 147, 150, 178, 211, 213, 225, 275, 284, 286

Práticas agroalimentares 9, 11, 140, 142, 149, 151

Práticas Pedagógicas 269, 278, 282


S

Sabedoria popular 102

SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

3

ALINE FERREIRA ANTUNES
(ORGANIZADORA)

 **Atena**
Editora
Ano 2020

SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 